

Movimentos querem um 7 de Setembro forte



O 7 de Setembro deste ano terá forte participação sindical. A concentração em São Paulo será a partir das 9 horas, na Praça da República, Centro. Confirmadas todas as Centrais Sindicais, coordenadas pelo Fórum das Centrais.

Ainda no campo sindical, participarão Confederações, Federações e Sindicatos de diversas regiões. Metalúrgicos, comerciários, químicos, asseio, alimentação e professores estão entre as categorias que já se mobilizam.

O metalúrgico paulistano Carlos Augusto dos Santos, secretário-geral da Força Sindical SP e diretor efetivo de seu Sindicato, é um dos coordenadores. Carlão tem participado do esforço de mobilização de entidades e da população. Ele adianta: "A partir de segunda-feira, dia 1º, a preparação ganhará força". Na semana, com carro de som e panfleto, os dirigentes e ativistas vão jogar mais peso na convocação.

Pauta – A defesa da soberania nacional é o pano de fundo do evento ("Quem manda no Brasil é o povo brasileiro"). Mas a pauta sindical terá relevância. "Fim da escala 6x1 e isenção de imposto nos salários até R\$ 5 mil serão as palavras de ordem muito fortes", ele afirma. E completa: "Sem anistia para golpistas".

Movimentos – Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, UNE e outras entidades estudantis, Fórum das Centrais e Pastoral Operária, além de parlamentares, somam esforços na convocação e devem levar manifestantes para o ato, no Dia da Independência Nacional.

Mais – Informações nos sites das Centrais, Apeoesp, Sindicatos e Movimentos Populares.

Fonte: Agência Sindical

CCJ debate PEC que reduz jornada semanal para 36 horas

Saulo Cruz/Agência Senado



Paulo Paim é o primeiro signatário da PEC 148/2015, que reduz gradualmente a jornada de trabalho

A jornada do trabalhador pode diminuir gradualmente para 36 horas, na escala de trabalho 4 x 3. Proposta nesse sentido será debatida em audiência pública nesta terça-feira (2) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 14h.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), reduz o limite semanal de 44 para 36 horas, sem alteração no teto de oito horas diárias, e prevê implantação gradual dessa mudança. De acordo com a PEC, a transição ocorreria de forma escalonada: a jornada seria limitada a 40 horas na primeira etapa, com queda de uma hora por ano até alcançar 36 horas semanais.

O texto já tem relatório favorável do senador Rogério Carvalho (PT-SE). A justificativa é de que a redução pode gerar novos empregos, ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores e aproximar o Brasil de padrões já adotados em países europeus.

A proposta é defendida por centrais sindicais como forma de distribuir melhor o tempo de trabalho e reduzir o desemprego. Já representantes de setores empresariais argumentam na direção contrária, apontando para possíveis impactos no custo da produção e na competitividade.

Convidados

Para subsidiar o debate, a CCJ convidou representantes de nove instituições, algumas delas ligadas aos trabalhadores e outras patronais:

- Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra);
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
- Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat);



Brasília-DF, 02 de setembro de 2025

- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC);
- Força Sindical (FS).

Fonte: Agência Senado

Proposta do Orçamento de 2026 prevê salário mínimo de R\$ 1.631

Valor representa aumento nominal de 7,44% em relação ao atual



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil/Arquivo

A nova regra de correção fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O Projeto da Lei Orçamentária de 2026, enviado sexta-feira (29) ao Congresso, prevê mínimo de R\$ 1.631, R\$ 1 mais alto que o valor de R\$ 1.630 proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O valor representa aumento nominal de 7,44% em relação ao salário mínimo de R\$ 1.518 em 2025. A alta obedece à regra aprovada no fim do ano passado, que limita o crescimento do salário mínimo a 2,5% acima da inflação do ano anterior.

Pela regra atual, o salário mínimo subirá o equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro de 2025, 4,78%, mais o crescimento de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de 2024, o que daria valorização de 8,18%. No entanto, há um limite de crescimento de 2,5% acima da inflação, que reduz o reajuste para 7,44%.

O valor final do salário mínimo em 2026 pode ficar ainda maior, caso o INPC até novembro suba mais que o esperado. Com base na inflação acumulada entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, o governo enviará uma mensagem modificativa ao Congresso no início de dezembro.

Fonte: Agência Brasil

Presidente do TST defende que Justiça do Trabalho não impede crescimento econômico

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga ainda ressaltou que o judiciário trabalhista atua na preservação da dignidade e da proteção das pessoas. "Não há riqueza sem trabalho", disse.



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga defendeu, na sexta-feira (29), que a Justiça do Trabalho não impede o crescimento econômico. A manifestação, que destaca a relevância institucional na promoção da dignidade da pessoa humana, foi feita durante a abertura da 6ª Sessão Ordinária do CSJT, em Brasília.

Ao abordar os desafios contemporâneos, o ministro observou que o desenvolvimento econômico depende de fatores estruturais como produção, logística e escoamento. "A limitação do crescimento econômico não está na Justiça do Trabalho, mas na própria economia, na capacidade de produzir e de escoar a produção", disse. "Não há riqueza sem trabalho", completou.

Relação de trabalho e relação comercial

O presidente também refletiu sobre a evolução histórica do trabalho na sociedade, destacando que, apesar de transformações sociais e econômicas, a relação trabalhista ainda demanda atenção quanto ao equilíbrio contratual entre as partes. "Nas relações de trabalho, a liberdade de escolha não tem a mesma amplitude da que se observa nas relações comerciais. Por isso, é fundamental assegurar condições que garantam a manifestação livre da vontade", pontuou.

O ministro destacou ainda que o fortalecimento da Justiça do Trabalho está diretamente relacionado à ampliação de sua competência, consagrada no artigo 114 da Constituição Federal, e na atuação voltada à efetividade dos direitos fundamentais. "A Justiça do

Brasília-DF, 02 de setembro de 2025

Trabalho se notabilizou ao longo do tempo por uma atuação diferenciada, eficaz e célere”, afirmou.

Fonte: TST

Brasil segue rota positiva e mercado revê inflação para baixo e PIB para cima

Boletim Focus desta semana mostrou que previsão de analistas baixou índice inflacionário para 4,85% e aumentou a perspectiva de crescimento da economia para 2,19% em 2025



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O mercado financeiro reviu para baixo a inflação de 2025, que passou de 4,86% para 4,85%, bem como as dos próximos anos. Ao mesmo tempo, aumentou a expectativa com o PIB, que foi de 2,18% para 2,19%. Embora sutis, as revisões indicam a consolidação de um cenário positivo. As informações constam do Boletim Focus desta semana, divulgado na segunda-feira (1º).

A pesquisa, baseada na expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos, considera, para o cálculo da inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, considerada a medição oficial.

Assim como em 2025, para o próximo ano a projeção também teve queda, saindo de 4,33% para 4,31%. Nos anos seguintes, 2027 e 2028, as previsões são de 3,94% e 3,8%, respectivamente.

Na semana passada, o IPCA-15 mostrou que a prévia da inflação em agosto ficou negativa em 0,14%, resultado 0,47 ponto percentual abaixo do registrado em julho (0,33%). Com isso, o mês de agosto teve o menor índice desde setembro de 2022 e a primeira deflação desde julho de 2023, quando o recuo foi de 0,07%.

Com relação ao crescimento do PIB, a melhora na expectativa também se deu sobre os próximos anos, passando de 1,86% para 1,87% em 2026; de 1,87%

para 1,89% em 2027 e se mantendo em 2% para 2028.

No primeiro trimestre deste ano, a economia cresceu 1,4%, tendo como principal impulsionadora a agropecuária. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. Foi o quarto ano seguido de avanço nesse indicador e a maior expansão desde 2021.

Quanto à taxa de juros, que ainda é um dos principais entraves para um maior avanço econômico do país, a previsão do mercado é que a Selic feche 2025 em 15% ao ano, caindo para 12,5% ao ano em 2026. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Atualmente, a taxa já está em 15%, percentual mantido em reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) no final de julho. O ciclo de altas foi pausado em junho, após sete elevações consecutivas, iniciadas em setembro de 2024.

Fonte: Portal Vermelho

Comissão da Câmara debate novo Imposto de Renda e taxaço sobre ricos

GettyImages



Plano de fiscalização e controle foca no gasto tributário

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados promove nesta quarta-feira (3) uma audiência pública sobre o novo Imposto de Renda e a taxaço sobre ricos.

O debate será realizado às 9 horas, no plenário 9, a pedido do deputado Dimas Gadelha (PT-RJ). Ele é relator do Plano Anual de Fiscalização e Controle de 2025, cujo tema prioritário é o gasto tributário.

Os deputados ouvirão consultores da Câmara e do Senado sobre projetos em análise no Congresso que tratam do novo Imposto de Renda e da taxaço sobre ricos.

Fonte: Agência Câmara



Brasília-DF, 02 de setembro de 2025

Comissão de Trabalho aprova licença de cinco dias para acompanhante de mãe solo

Projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou projeto que concede licença de cinco dias consecutivos no trabalho à pessoa indicada por mãe solo para acompanhá-la em nascimento, adoção ou guarda de criança ou adolescente. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



Pelo texto aprovado, a mãe solo deve declarar, por escrito, que não tem quem a ajude após o nascimento, adoção ou guarda judicial da criança ou adolescente. O acompanhante, por sua vez, precisa avisar o fato ao empregador com 30 dias de antecedência, apresentando a declaração e o atestado médico da mãe ou a certidão de adoção.

Se o parto ou a guarda for antecipado e não houver aviso com antecedência mínima de 30 dias, o acompanhante pode comunicar a ausência ao serviço por telefone ou mensagem, entregando o aviso formal depois.

Comprovação

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Alfredinho (PT-SP), ao Projeto de Lei 5138/23, da deputada Denise Pessoa (PT-RS).

“Para que haja gozo da licença-maternidade, a empregada deve apresentar atestado médico ou termo judicial de guarda à adotante ou guardiã. Entendemos pertinente exigir a mesma obrigação para que o acompanhante da mãe solo goze do direito”, disse o relator.

O relator acrescentou que o apoio às mães solo é essencial e destacou que, segundo o Datafolha, 55% das mães brasileiras são solteiras, viúvas ou divorciadas.

Próximas etapas

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara

Mês de Conscientização e Prevenção ao Suicídio

A vida é a melhor escolha.

setembro amarelo

A vida é um presente, e este mês nos lembra de valorizar cada momento e oferecer uma mão amiga a quem precisa.

Busque ajuda!
Ligue: 188

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

VEM AÍ!

1º LIVE DA JUVENTUDE INDUSTRIÁRIA

22 de setembro de 2025

6x1

EM BREVE MAIS INFORMAÇÕES!

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI